

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA/RJ.**

Processo Administrativo nº 6.214/2023

Concorrência Pública nº 016/2023.

PROCESSADO
NO SISTEMA

Prefeitura Municipal de Saquarema

Processo nº 7610/23

Data 26/04/24

Fls. 02 Rubrica

INOVA INDUSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA., pessoa

jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.597.017/0001-73, com sede na Rua Equador, 6/36, Loja 04, Parque Hotel, Araruama/RJ, CEP: 28.981-490, neste ato representado pela sua sócia gerente MARCIA MARINHO LOPES, portador da Carteira de Identidade nº 12.440.089-6 DETRAN-RJ e do CPF nº 107.852.717-24, brasileiro, solteira, empresária, com sua documentação já acostada aos autos, por seu advogado que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTRARRAZÕES

em face do *Recurso* interposto por ÁGABO COMÉRCIO E SERVICOS LTDA e já qualificada nos autos, com fulcro no artigo 4º, XVIII da Lei nº 10.520/2002 e legislação correlata, e ainda, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que a empresa Recorrida fora intimada para apresentar defesa no dia 16/04/2024 – segunda-feira, são perfeitamente tempestivas as presentes *Contrarrrazões* apresentadas nesta data.

II – DA SÍNTESE DOS FATOS

Cuida-se de procedimento licitatório visando a contratação de empresa especializada para execução de obra, com emprego de mão de obra e materiais para reformar e modernizar (adequar) as instalações da Unidade Hospitalar Porfirio Nunes de Azevedo, localizado no 2º Distrito do Município de Saquarema, no bairro de Bacaxá.

Sagrada vencedora a Recorrida, sua concorrente interpôs *Recurso* contra sua habilitação, requerendo, em síntese:

a) A anulação da decisão, a fim de que a Recorrida fosse desclassificada por não ter atendido a exigência do item 11.7 (não ter apresentado pen drive com exigência do edital);

Não procede! Conforme será amplamente exposto a seguir o *Recurso* não merece prosperar, se evidenciando apenas como uma medida protelatória a fim de tumultuar o processo licitatório.

Pelo exposto, não restou alternativa à Recorrida senão a apresentação das presentes *Contrarrazões*.

III – DO MÉRITO

3.1. Da Admissibilidade das Contrarrazões

A doutrina aponta como pressupostos das CONTRARRAZÕES: a existência de um recurso administrativo que visa a anulação da decisão da autoridade administrativa, devendo ser tempestiva e devidamente fundamentada, contrapondo os pedidos do respectivo recurso administrativo.

Sendo assim, contrarrazoamos amplamente justificados pelos dispositivos legais atinentes, conforme os termos do art. 4º, XVIII da Lei 10.520/02.

3.2. Da Legalidade da Licitação

É imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa. Todavia, cada um dos seus atos devem ser conduzidos em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

Neste sentido, trazemos à baila as palavras do renomado Hely Lopes Meirelles, vejamos:

“A escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Certo concluir que não há como se falar em proposta mais vantajosa que não esteja em consonância com as normas do edital e os princípios que regem a licitação. Assim, veremos pontualmente que a Recorrida apresentou a proposta mais vantajosa, bem como atendeu estritamente as exigências do edital.

3.3. Da Alegação De Descumprimento Da Exigência Do Item 11.7

Em síntese, a recorrente alega que a licitante declarada vencedora deixou de atender ao requisito de exigência do item 11.7, por supostamente não ter apresentado um pen-drive com os documentos, conforme exigência do edital.

Ocorre que o argumento em tela se mostra completamente incabível e beira inclusive a litigância de má-fé, já que conforme registrado formalmente na ata do certame, os pen-drives foram entregues e estavam em posse do pregoeiro, que é o preposto responsável por seu recebimento e cautela.

“(...) O Presidente da CPL faz constar em ata que os pen drives ficarão acautelados junto a comissão (...)”

Nesse passo, a recorrente busca suscitar em sua peça recursal que o pen-drive deveria ter sido entregue dentro do envelope, e, por isso, a empresa teria que ser inabilitada.

Argumento que não se sustenta!

O próprio item apontado pelo recorrente, qual seja, 11.7, não **determina a forma que o pen-drive seja apresentado**, dentro de envelope ou entregue diretamente ao pregoeiro, o que, por si só, **desmonta por completo o frágil argumento apresentado**.

*“11.7 – A Licitante deverá apresentar junto com a proposta as planilhas orçamentárias com preço unitário e total de cada item, conforme modelo fornecido pelo Município, impressas em papel timbrado da empresa licitante e **arquivo digital em pen drive**”.*

Conforme observamos, a própria literalidade do item não especifica a forma de entrega do pen-drive, **até mesmo pelo seu caráter meramente complementar**, e só menciona que este deve ser entregue. **E como registrado em ata, o pen-drive foi devidamente entregue pela empresa Inova, sem qualquer oposição registrada pelo pregoeiro.**

Devemos destacar que **ainda que a exigência tivesse sido descumprida**, a mesma **não teria o condão de gerar a inabilitação da empresa que apresentou a melhor proposta** (Inova), já que a mera apresentação de pen-drive não faz parte do rol dos requisitos legais para habilitação do certame, nos termos da Lei 8.666/93 e da nova lei 14.133/21, e, por isso, não pode ser objeto de inabilitação.

Nesse passo, ainda que a empresa não tivesse apresentado o pen-drive, e se tivesse sido inabilitada em virtude disso, tal decisão seria completamente excessiva e arbitrária, e feriria *in totum* os princípios da legalidade, economicidade e razoabilidade.

Outrossim, somente pelo debate do tema, já que o requisito foi cumprido pela recorrida, **caso o pen-drive não tivesse sido entregue, o pregoeiro teria a prerrogativa de requisitar o mesmo, nos termos do artigo 43, §3º, da Lei 8.666/93, evitando uma decisão arbitrária de inabilitação, e garantindo a melhor proposta ao ente licitante.**

No caso em tela, não poderia a Comissão de Licitação desconsiderar a faculdade prevista no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o que apresentaria gravidade superlativa em razão da continuidade de participação no certame por uma empresa com preço deveras superior. Assim, o prestígio ao formalismo exagerado evidentemente causaria prejuízo à competitividade da concorrência.

Ressalta-se que na falta de documento que não restrinja a competitividade ou impacte na formulação de propostas, não há fundamento para inabilitação dos licitantes, conforme vasto entendimento dos Tribunais de Contas do Estado e da União.

Devemos reiterar que o Art. 43, § 3 da Lei de Licitações - Lei 8666/93, faculta à Comissão ou autoridade superior que "em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo".

Outrossim, a apresentação do pen-drive só teria relevância caso fosse necessário alguma conferência de documentação, o que não ocorreu em nenhum momento, ressaltando que as próprias recorrentes não questionaram qualquer documento de habilitação da Recorrida, tampouco a Comissão de Licitação. Ou seja, qual teria sido o prejuízo ao deslinde do certame ou as empresas concorrentes e ao interesse público??

Fato que nenhum!!

Neste contexto, **o que causa maior espécie é que estamos discutindo uma irregularidade que não ocorreu e uma exigência que foi cumprida!!**

Aliás, bastaria nessas contrarrazões apresentar a literalidade da própria ata do certame, que atestou o recebimento dos pen-drives, e requerer a penalização das recorrentes, pelo ato inidôneo e protelatório. Mas, por respeito a esta Comissão, estamos aprofundando o tema com base em suposições, para demonstrar ainda mais o descabimento e invalidade desses recursos.

Como vemos, a fragilidade e irresponsabilidade da arguição da recorrente só demonstra o caráter protelatório da medida, que visa unicamente atrapalhar o deslinde do processo de contratação e dificultar sua conclusão, fato que deve ser considerado e punido pela Comissão de Licitação, nos termos do item 24 do edital licitatório.

3.4 – DA Jurisprudência;

Ainda pelo debate da matéria, e na base da suposição de descumprimento do aludido item, destacamos o entendimento dos Tribunais de Contas sobre a questão.

O formalismo em licitações é tema deveras debatido na doutrina e jurisprudência pátria, sendo ambas assentes no sentido de que exigências excessivas na execução do certame maculam a legislação aplicável à espécie por cercear a ampla concorrência. Dentre as inúmeras decisões nesse sentido, destaca-se uma em especial, do Superior Tribunal de Justiça, apta a ilustrar a uníssona compreensão, bem como o longo tempo de existência do entendimento, o qual já se revela consolidado:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA EXCESSIVA.

1. É excessiva a exigência feita pela administração pública de que, em procedimento licitatório, o balanço da empresa seja assinado pelo sócio-dirigente, quando sua existência, validade e eficácia não foram desconstituídas, haja vista estar autenticado pelo contador e rubricado pelo referido sócio. 2. Há violação ao princípio da estrita vinculação ao Edital, quando a administração cria nova exigência editalícia sem a observância do prescrito no § 4º, art. 21, da Lei nº 8666/93. 3. O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais

vantajosa. 4. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório, por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial. 5. Segurança concedida”3 (MS nº 5631/DF, Relator: Ministro José Delgado, DJ 17/08/1998)

Nesse diapasão, é mister trazer a lume a existência já sedimentada do princípio do formalismo moderado, o qual viabiliza a existência de competitividade no certame. Desse modo, não se pode excluir licitantes do processo de contratação em decorrência de questões irrelevantes, que não causem prejuízos, tais quais de omissões ou de irregularidades formais, ou exigências que não alterem a essência das propostas.

O Tribunal de Contas da União (TCU) vem exaltando em suas decisões, com cada vez mais frequência, o retro mencionado princípio, destacando que, através dele, há viabilidade de sanarem-se as falhas ao longo do procedimento licitatório. Assim discorre o Acórdão nº 357/2015 – Plenário do TCU:

“Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Relator: Bruno Dantas)”

No mesmo esteio, seguem outras decisões dotadas de larga didática:

“É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar

formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (TCU, Acórdão 1795/2015 – Plenário, Relator: José Múcio Monteiro)

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (TCU, Acórdão 2302/2012 – Plenário, Revisor: Walton Alencar Rodrigues).

Em suma, o ato irregular sustentado pelas recorrentes:

- 1) Não ocorreu, conforme atestado pela própria comissão de licitação na ata do certame;
- 2) Ainda que tivesse ocorrido, não teria o condão de gerar a inabilitação da empresa, já que não é requisito legal da lei 8.666/93 ou 14.133/21 a apresentação de pen-drive, não alterou ou afetou a essência das propostas, não teria qualquer relevância fática, pois não houve arguição de avaliação de documentação da Inova que justificasse sua apresentação, e seria considerado formalismo excessivo, nos termos da jurisprudência dos Tribunais de contas;
- 3) O item 11.7 não determinou a forma de apresentação do pen-drive, até mesmo pelo seu caráter meramente complementar;
- 4) O princípio da economicidade foi atendido com a proposta da Inova, bem como atestado a regularidade de toda documentação de habilitação, reitere-se, sem oposição dos outros concorrentes;
- 5) O ato protelatório e inidôneo das licitantes deve ser punido, como forma de evitar o dispêndio desnecessário de recurso público e utilização da máquina municipal para responder a questionamentos sabidamente indevidos;

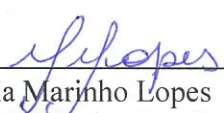
Desta feita, ante toda explanação dos fatos, baseados em uma suposta irregularidade, que conforme observamos, não ocorreu, e na conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93, que dispõe que a licitação se destina na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, e no processo aqui analisado é o menor preço, não há que se falar na inabilitação da empresa recorrida, pelo que pede o julgamento improcedente dos recursos, com o prosseguimento do certame e homologação/adjudicação em favor da Inova.

3.5 – DO PEDIDO

Ante o exposto, requer seja o *Recurso* interposto desprovido mantendo-se a empresa Recorrida, INOVA INDUSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA., devidamente habilitada e vencedora.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro/RJ, 18 de abril de 2024.



Marcia Marinho Lopes
Inova Indústria, Comércio e Construções LTDA.
CPF: 107.852.717-24
RG nº 12.440.089-6 DETRAN-RJ
Sócia Gerente



33.2.1007151-3

Sociedade empresária limitada

Microempresa

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

INOVA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA

Eventos

002

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR FERNANDO GONÇALVES COELHO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 04/05/2023 e arquivado em 04/05/2023

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

8

1/1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Page 1/8



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.597.017/0001-73 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 03/11/2015
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL INOVA INDUSTRIA, COMERCIO E CONSTRUcoes LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista 52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos 56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar 58.12-3-01 - Edição de jornais diários 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 73.11-4-00 - Agências de publicidade 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor 77.21-7-00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R EQUADOR	NÚMERO 6/36	COMPLEMENTO LOJA 04
--------------------------------	-----------------------	-------------------------------

CEP 28.981-490	BAIRRO/DISTRITO PARQUE HOTEL	MUNICÍPIO ARARUAMA	UF RJ
--------------------------	--	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO INOVACOMERCIAL2021@GMAIL.COM	TELEFONE (22) 9228-4155
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2015
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **04/05/2023** às **15:52:00** (data e hora de Brasília).

Página: 4/5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
23.597.017/0001-73
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
03/11/2015NOME EMPRESARIAL
INOVA INDUSTRIA, COMERCIO E CONSTRUcoes LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.19-9-01 - Fotocópias
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares
90.03-5-00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária LimitadaLOGRADOURO
R EQUADORNÚMERO
6/36COMPLEMENTO
LOJA 04CEP
28.981-490BAIRRO/DISTRITO
PARQUE HOTELMUNICÍPIO
ARARUAMAUF
RJENDEREÇO ELETRÔNICO
INOVACOMERCIAL2021@GMAIL.COMTELEFONE
(22) 9228-4155ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL


Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.


Emitido no dia 04/05/2023 às 15:52:00 (data e hora de Brasília).

Página: 5/5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL


0211
Polegar Direito



CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL
12.440.089-6
NOME
MARCIA MARINHO LOPES
FILIAÇÃO
FRANCINO LOPES
MATERIDADE
MARCIA OLIMPIA DE OLIVEIRA MARINHO
RIO DE JANEIRO
C. NASC LIV 2A
ARARUAMA
107.852.717-24
001

DATA DE NASCIMENTO
01/03/1976
FLS 38V
RJ
TERM 2168
2012 CARLOS DOS SANTOS ABRAO
FUNDADOR DO DETRAN RJ

DATA DE EXPIRAÇÃO
21/12/2015

LEI Nº 7.116 DE 23/08/03

0211